

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.079 - SP (2018/0341199-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : BIANCA FERNANDES PERES
ADVOGADO : ALEXANDRE CHICONELLI CARVALHO FERREIRA -
SP298686
RECORRIDO : UNIMED DE RIBEIRÃO PRETO COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : HENRIQUE FURQUIM PAIVA - SP128214
RICARDO SORDI MARCHI E OUTRO(S) - SP154127
GUSTAVO ALTINO DE RESENDE - SP270715

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de obrigação de fazer c/c danos morais, fundada na indevida negativa de autorização para realização do procedimento cirúrgico prescrito.
2. A recusa indevida/injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Precedentes. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
3. Recurso especial conhecido e provido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BIANCA FERNANDES PERES MOREIRA, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 13/03/2018.

Concluso ao gabinete em: 28/12/2018.

Ação: de obrigação de fazer c/c danos morais com pedido de tutela antecipada para imediata autorização da realização de cirurgia plástica mamária reparadora, ajuizada pela recorrente, em face de UNIMED DE RIBEIRÃO PRETO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, fundada na indevida negativa de autorização para realização do procedimento cirúrgico

prescrito.

Sentença: julgou procedente os pedidos para determinar que a recorrida autorizasse e custeasse a realização do procedimento, confirmar a tutela de urgência, além de condenar a recorrida ao pagamento de R\$ 10.000,00 a título de indenização por danos morais.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela recorrida para afastar a condenação à indenização por danos morais, nos termos da seguinte ementa:

PLANO DE SAÚDE Autora que se submeteu à cirurgia bariátrica - Necessidade de realização de mamoplastia não estética - Negativa de cobertura pela operadora - Ação julgada procedente, para determinar o custeio do procedimento e indenização por danos morais, face à recusa indevida - Procedimento complementar necessário, de natureza reparatória e não estética - Súmula 97 do TJSP - Danos morais não caracterizados - Dissabores pelos quais passou a autora não atingem estatura suficiente para merecerem compensação por danos morais - Recurso parcialmente provido.

Recurso especial: alega violação dos arts. 186 e 927, do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta que a recusa indevida à cobertura do procedimento cirúrgico de natureza reparadora configuraria danos morais.

Admissibilidade: o recurso foi admitido na origem pelo TJ/SP.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da configuração de dano moral pela recusa indevida do plano de saúde na realização de tratamento médico

O TJ/SP, ao entender pela inexistência de danos morais indenizáveis, bem como que “os dissabores pelos quais passou a autora não atingem estatura suficiente para merecerem compensação por danos morais” (e-STJ, fl. 333), divergiu do entendimento STJ, no sentido de que a recusa

indevida/injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.106.509/RJ, 3ª Turma, DJe de 09/10/2017; AgInt no REsp 1.647.519/CE, 4ª Turma, Dje de 13/10/2017; e REsp 1721705/SP, 3ª Turma, DJe de 06/09/2018.

Na hipótese dos autos, o próprio acórdão recorrido reconhece ser abusiva a cláusula restritiva, além de não ter fundamento a negativa de cobertura, nos termos dos seguintes trechos:

Dessarte, as restrições do plano de saúde em detrimento de expressa prescrição médica são inválidas, ainda que previstas em contrato. Diferente do que entende a requerida, independente da cláusula contratual restritiva que alega em seu favor, a obrigação de cobertura dos procedimentos é devida, exatamente como determinado pela sentença.

Se não há restrição alguma quanto ao tratamento da patologia na qual está acometida a autora, não há explicação plausível para a recusa da ré em reembolsá-los ou fornecê-lo, devendo ser interpretada as regras contratuais a luz do artigo 47, do Código de Defesa do Consumidor, para que melhor interpretação se faça em prol do contratante, sob pena de inviabilizar o objeto do próprio ajuste (a garantia à saúde), o que viola o inciso II, do § 1º, do artigo 51, do mesmo diploma legal, caracterizando-se a abusividade da cláusula limitadora. Certo que, conforme declaração médica, os procedimentos cirúrgicos são necessários ao restabelecimento total da saúde da segurada e não possuem caráter puramente estético. (e-STJ, fl. 328)

Assim, entende-se que não possui fundamento a recusa da ré em proceder à cobertura da necessária e importante cirurgia, ante seu caráter complementar à gastroplastia, conforme se extrai, principalmente da declaração do médico cirurgião. (e-STJ, fl. 331)

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, e configurado o dano moral na hipótese, deve ser reformado o acórdão recorrido, incidindo, no ponto, a Súmula 568/STJ, para que seja restabelecida a sentença quanto à condenação da recorrida ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para restabelecer a sentença no que se refere ao reconhecimento e condenação ao pagamento de indenização por danos morais e quanto aos ônus sucumbenciais.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrente em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% do valor da condenação (e-STJ, fl. 262) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora